

Número do Processo - Primeiro Grau



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Dados do Processo:

Número: 201940600715	Situação: JULGADO	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível	Julgamento: 03/07/2019	Distribuído Em: 10/05/2019
Fase: ARQUIVADO	Impedimento/Suspeição: NÃO	Valor da Causa: R\$ 13.500,00
Guia Inicial: 201910049003	Processo Sigiloso: NÃO	
Segredo de Justiça: NÃO		
Tipo do Processo: Eletrônico		
Número Único: 0024064-40.2019.8.25.0001		

[Processo Materializado]

Assuntos:

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

DIREITO CIVIL - Obrigações - Inadimplemento - Perdas e Danos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

Processos da Turma Recursal:

201901008804

Partes do Processo:

Tipo	Nome	Representante da Parte
------	------	------------------------

Partes do Processo:

Autor	JEOZADAQUE DOS SANTOS OLIVEIRA	Advogado: KARINA GAMA MONTALVÃO - 12120/SE Advogado: PAULA GAMA MONTALVÃO - 5247/SE
Réu	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Movimentos do Processo:

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário da Justiça
12/03/2020 08:43:51	Arquivamento Definitivo	{Arquivamento >> Definitivo}	Arquivo Eletrônico	Não
10/03/2020 10:04:33	Ato Ordinatório	{Ato Ordinatório} Cientifiquem-se as partes acerca da descida dos autos. Após as científicações, archive-se o presente feito.	Secretaria	11/03/2020
10/03/2020 10:03:37	Trânsito em Julgado	{Trânsito em julgado} Em 04/03/2020, conforme movimento lançado pela Secretaria da Turma Recursal.	Secretaria	Não
05/03/2020 14:23:04	Recebimento	{Recebimento} Processo encaminhado da Turma Recursal ao Juízo de Origem.	Secretaria	Não
05/03/2020 14:22:28	Outras Informações	Julgamento do Recurso Inominado de nº 201901008804 pela Turma Recursal ocorrido em 05/02/2020, da seguinte forma: Acorda a Turma Recursal, por unanimidade, em conhecer o recurso para lhe DAR PROVIMENTO.. . Recurso transitado em julgado.	Turma Recursal	Não
09/09/2019 12:32:45	Outras Informações	Recurso Inominado (Turma Recursal do Estado de Sergipe) protocolado em 09/09/2019 tombado sob no. do processo 201901008804. {Movimento gerado pela Turma Recursal}	Turma Recursal	Não
09/09/2019 12:32:45	Remessa	{Remessa} Feito remetido para a Turma Recursal.	Turma Recursal	Não

Movimentos do Processo:

09/09/2019 12:32:05	Certidão	CERTIFICO e dou fé que as contrarrazões ao recurso inominado estão tempestivas.	Secretaria	Não
15/08/2019 20:15:22	Juntada	{ Juntada >> Petição } Juntada de Contrarrazões realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: PAULA GAMA MONTALVÃO - 5247}	Secretaria	Não
02/08/2019 10:22:36	Decisão	{ Decisão >> Recebimento >> Recurso >> Sem efeito suspensivo } Cls. Muito embora a própria Lei 9.099/95 não trouxesse a previsão expressa do juízo de admissibilidade do recurso inominado pelo juízo a quo, situação que suscitava divergências sobre a possibilidade de o exercê-lo, mormente pela inexistência de ferramenta recursal para impugnar a decisão que negasse seguimento ao recurso, prevalecia o entendimento nesta Vara quanto à competência do juízo a quo para tal mister. Com o advento do CPC/15, a ideia da extinção do juízo de admissibilidade pelo juízo a quo se fortaleceu, pois a redação original do novo Codex resguardou referida análise para os órgãos ad quem na apelação, recursos ordinário, especial e extraordinário, ainda que nesses dois últimos a Lei nº 13.256/16, ulterior, tenha vindo para restaurar o juízo de admissibilidade exercido pelo órgão de piso.	Secretaria	05/08/2019
22/07/2019 07:31:38	Conclusão	{ Conclusão }	Juiz	Não
22/07/2019 07:31:20	Certidão	Recurso retro tempestivo.	Secretaria	Não

Movimentos do Processo:

16/07/2019 16:10:55	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Recurso Inominado realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592} 	Secretaria	Não
11/07/2019 12:26:32	Certidão	Expedi guia de preparo, conforme solicitação. 	Secretaria	Não
08/07/2019 16:54:14	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592} 	Secretaria	Não
04/07/2019 10:13:23	Certidão	Aguardando final de prazo.	Secretaria	Não

Movimentos do Processo:

03/07/2019
12:12:19

Julgamento**{Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência}**


Secretaria

04/07/2019

Contudo, no caso dos autos, os relatórios médicos elaborados pela equipe do Hospital de urgência de Sergipe indicam, de forma clara e segura, que o autor está acometido por invalidez permanente, parcial e incompleta (ensejada pela retirada do baço – ESPLENECTOMIA), devendo a seguradora suportar o pagamento de quantia indenizatória correspondente a 10% do total segurado, o que equivale a R\$ 1.350,00, de modo que, observando que não existiu percepção de indenização anterior em processo administrativo, sobre o que, pontuo, não pende qualquer controvérsia, remanesce como devida a quantia acima indicada. Observando o anexo como também o disposto no inciso II do art. 3º, da lei 6.194/74, o cálculo da indenização deve ser elaborado da seguinte forma: teto (R\$ 13.500,00) X enquadramento na tabela da Lei 6.194 (no caso em tela, 10%, pois se enquadra na hipótese final da tabela do anexo, qual seja, “perda integral – retirada cirúrgica – do baço) X repercussão da invalidez (no caso, leve repercussão, é dizer, 100%) = R\$ 13.500,00 x 10% x 100% = R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais). Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), a título de indenização complementar do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação, tudo até o efetivo pagamento, com base na Lei 11.482/07 c/c artigo 269, I do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da lei.



Movimentos do Processo:


04/06/2019 09:06:30	Conclusão	{Conclusão} (...)Aberta a audiência, renovada a proposta de conciliação, essa não foi aceita pelas partes. Verificou-se que já foram oferecidas defesa e réplica, com documentos já juntados. Em seguida foi colhido o depoimento pessoal da parte autora, conforme gravação no DRS. Não houve oitiva de testemunhas nesta assentada. Ato contínuo as partes afirmaram que não tinham outras provas a produzir. Pelo MM. Juiz foi determinado a conclusão do processo para sentença. Nada mais havendo a tratar foi encerrado o presente termo que após lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos. Eu, técnica judiciária, que digitei e subscrevi. JUIZ DE DIREITO REQUERENTE ADVOGADA REQUERIDO ADVOGADA Termo de Audiência... 	Juiz	Não
03/06/2019 23:14:00	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: PAULA GAMA MONTALVÃO - 5247} 	Secretaria	Não
30/05/2019 09:10:40	Audiência	{Audiência} TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 30 dias do mês de maio do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 9:07 horas, nesta Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, na Sala de Audiências da Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, no Fórum Gumersindo Bessa, presente a conciliadora, Bela. Mariana Gois Santos, PRESENTE a parte autora, com advogado(a), e PRESENTE a parte requerida, sem advogado(a), neste ato representada pela preposta, a Sra. Amanda Santos (CPF nº 011.640.365-99). Conciliação infrutífera, fica designada audiência de instrução e julgamento para o DIA 04 DE JUNHO DE 2019 ÀS 08H40MIN, ficando as partes desde logo devidamente cientes	Secretaria	31/05/2019

Movimentos do Processo:

e intimadas da data e horário, bem como de que toda e qualquer documentação a ser juntada na Audiência de Instrução deverá vir digitalizada. As partes ficam advertidas de que: 1 – na hipótese da causa ter valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos, é obrigatória a assistência por advogado, sob pena de, se o(a) demandante não estiver assistido, o feito ser extinto; se o(a) o(a) demandado não estiver assistido, não poderá ofertar a contestação; 2 – caso uma das partes esteja assistida por advogado, ou seja, pessoa jurídica (empresa), independentemente do valor da causa, é aconselhável o acompanhamento da outra parte por profissional da área jurídica, para a melhor defesa dos direitos, salientando que a audiência de instrução realizar-se-á, independentemente do acompanhamento. Ressalte-se que se for do interesse da parte fazer-se acompanhar de Defensor Público, deverá comparecer ao Setor de Atendimento da Defensoria a fim de agendar entrevista prévia; 3 – as partes poderão trazer ou arrolar, para a audiência de instrução e julgamento, até 03 (três) testemunhas. 4 – caso seja requerida a vinculação de Advogado à qualquer das partes nos autos do processo, necessário que o causídico esteja previamente cadastrado no Sistema do Juizado Especial Virtual, cadastro este que deverá ser realizado pessoalmente pelo profissional perante o agente do Poder Judiciário ou nas sedes da OAB/SE, nos termos da resolução 37/2006 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Assim também, os pedidos de que as intimações eletrônicas sejam publicadas exclusivamente em nome de advogados, seja deste ou de outro Estado, necessário o prévio credenciamento junto ao Tribunal de Justiça deste Estado do advogado requerente. Nada mais havendo a tratar, encerro o presente termo que, lido e achado

Movimentos do Processo:

conforme, fica devidamente assinado por todos. (Audiência de Instrução designada para o dia 04/06/2019 às 08:40 h).

Termo de Audiência... 

29/05/2019 22:07:34	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Procuração/Substabelecimento realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592} 	Secretaria	Não
29/05/2019 16:06:25	Juntada	{Juntada >> Documento} Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201940602440, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT} (Situação: Finalizado) - Histórico do  Mandado...	Secretaria	Não
28/05/2019 07:23:31	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190527164704784 às 16:47 em 27/05/2019. 	Secretaria	Não
14/05/2019 07:53:41	Certidão	Aguarda devolução de Aviso de Recebimento.	Secretaria	Não

Movimentos do Processo:

14/05/2019 07:51:41	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KARINA GAMA MONTALVÃO (12120-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190513160504604 às 16:05 em 13/05/2019. 	Secretaria	Não
13/05/2019 09:17:29	Expedição de Documento	{Juntada >> Documento} Mandado de número 201940602440 do tipo Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação [TM920,MD1805] {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT} (Situação: Finalizado) -  Histórico do Mandado...	Secretaria	Não
13/05/2019 08:13:45	Certidão	Confeccionada carta de citação.	Secretaria	Não
10/05/2019 09:55:20	Audiência	{Audiência} Audiência de Conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 09:00 h.	Secretaria	13/05/2019
10/05/2019 09:55:20	Distribuição	{Distribuição} Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600715, referente ao protocolo nº 20190509193505645, do dia 09/05/2019, às 19h35min, denominado Procedimento do Juizado Especial Cível, de Perdas e Danos, Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez. 	Secretaria	13/05/2019

Disque TJ/SE

0800.079.0008Opção **(4) Consulta processual** - para acompanhar o andamento do seu processo;Opção **(5) Ouvidoria** - para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

